



# Anais da Assembléia

Nº 14

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 1980

ANO VI

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 12.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Del Ciel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Sob os números 359 e 360/79, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29/80, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

58/79:

Do Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria o Município de LUNARDELLI, com território desmembrado do Município de São João do Ivaí, com sede e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.267.— **Anote-se. Arquite-se.**

70/78:

Do Senhor ex-Deputado OSVALDO MACEDO, que concede título de Cidadão Benemérito ao arquiteto JAIME LERNER, o qual convertido em Lei tomou o número 7.266.— **Anote-se. Arquite-se.**

54/79:

Do Senhor Deputado EGON PUDELL, que cria o Município de Vera Cruz do Oeste, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Céu Azul, com sede e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.269.— **Anote-se. Arquite-se.**

57/79:

Do Senhor Deputado EGON PUDELL, que com território

rio desmembrado de Assis Chateaubriand, cria o Município de TUPÁSSI, com sede e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.270.— **Anote-se. Arquite-se.**

158/79:

Do Senhor Deputado ANTÔNIO FACCI, que veda aposentadoria com menos de 5 (cinco) anos de investidura no cargo, aos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 7.271.— **Anote-se. Arquite-se.**

59/79:

Do Senhor Deputado DENI SCHWARTZ, que cria o Município de Nova Prata, com território desmembrado do Município de Salto do Lontra, com sede e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.272.— **Anote-se. Arquite-se.**

200/79:

Do Poder Executivo, que dá nova redação ao caput 0 Incisos I e II do Art. 8.º, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, alternados pela Lei n.º 6.859, de 28 de dezembro de 1.976 - (Reformação dos níveis das alíquotas do I.C.M.), o qual convertido em Lei tomou o número 7.273.— **Anote-se. Arquite-se.**

132/79:

Do Senhor Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a Fraterna Ajuda Cristã - FAC, com sede e foro na Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 7.274.— **Anote-se. Arquite-se.**

38/79:

Do Senhor Deputado DAVID FEDERMANN, que dá nova redação ao Artigo 3.º e seus incisos I e II, da Lei n.º 4.556, de 13/03/62, já alterada pelo Artigo 4.º, da Lei n.º 5.182, de 17/11/65, o qual convertido em Lei tomou o número 7.275.— **Anote-se. Arquite-se.**

183/79:

Do Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente São Gabriel da Virgem Dolorosa, com sede e foro na Fazenda Rio Grande, Município de Mandirituba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.276.— **Anote-se. Arquite-se.**

176/79:

Do Senhor Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Oásis do Amor, com sede na Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o número 7.277.— **Anote-se. Arquite-se.**

163/79:

Do Senhor Deputado EDILSON ALENCAR, que declara de utilidade pública o Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand, o qual convertido em Lei tomou o número 7.278.— **Anote-se. Arquite-se.**

142/79:

Do Senhor Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Recreativa Paroquial, com sede e foro na Cidade de Tibagi, o qual convertido em Lei tomou o número 7.279.— **Anote-se. Arquite-se.**

170/79:

Do Senhor Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Primeiro de Maio, com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, o qual convertido em Lei tomou o número 7.280.— **Anote-se. Arquite-se.**

**164/79:**

Do Senhor Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva e Recreativa Sádia, com sede e foro na Cidade de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o número 7.281.— **Anote-se. Arquite-se.**

**168/79:**

Do Senhor Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o Centro de Recreação Tia Izaura, com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 7.282.— **Anote-se. Arquite-se.**

**169/79:**

Do Senhor Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a Nossa Escolinha de Educação da Criança Excepcional — NEECE, com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, o qual convertido em Lei tomou o número 7.283.— **Anote-se. Arquite-se.**

**167/79:**

Do Senhor Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Primeiro de Maio, o qual convertido em Lei tomou o número 7.284.— **Anote-se. Arquite-se.**

**160/79:**

Do Senhor Deputado QUIELSE C. DA SILVA, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Colorado - APMI, da Cidade de Colorado, o qual convertido em Lei tomou o número 7.285.— **Anote-se. Arquite-se.**

**101/79:**

Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a Associação de Bem Estar Social do Portão - ABES, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.286.— **Anote-se. Arquite-se.**

**158/79:**

Do Poder Executivo, que dispõe sobre requisitos a serem observados por pretendentes a empréstimos e financiamentos em projetos agropecuários, junto a Entidades Estaduais e Bancárias ou de Créditos, o qual convertido em Lei tomou o número 7.287.— **Anote-se. Arquite-se.**

**153/79:**

Do Senhor Deputado MÁRIO CELSO, que institue o Dia do Poeta, a ser comemorado anualmente no dia 04 de outubro, o qual convertido em Lei tomou o número 7.288.— **Anote-se. Arquite-se.**

**206/79:**

Do Poder Executivo, que dispõe sobre o Artigo 172, item V, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, (que trata da gratificação aos funcionários da Secretaria de Estado da Justiça), o qual convertido em Lei tomou o número 7.290.— **Anote-se. Arquite-se.**

**192/79:**

Do Poder Executivo, que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 13 (treze) cargos de Procurador da Justiça, o qual convertido em Lei tomou o número 7.291.— **Anote-se. Arquite-se.**

**70/79:**

Do Senhor Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que cria o Município de Cafelândia, desmembrado do Município de Cascavel, com sede e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.292.— **Anote-se. Arquite-se.**

**30/79:**

Do Senhor Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que modifica as divisas do Distrito Administrativo de Alto Alegre, Município de Colorado, o qual convertido em Lei tomou o número 7.293.— **Anote-se. Arquite-se.**

**182/79:**

Do Senhor Deputado DAVID FEDERMANN, que cria no Município de Tibagi, o Distrito Administrativo de Caetano

Mendes, com sede e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.294.— **Anote-se. Arquite-se.**

**145/79:**

Do Senhor Deputado JURANDIR MESSIAS, que com sede e divisas que especifica, cria no Município de Roncador, o Distrito Administrativo de Alto São João, o qual convertido em Lei tomou o número 7.295.— **Anote-se. Arquite-se.**

**175/79:**

Do Senhor Deputado EGON PUDELL, que cria no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de "Novo Sobradinho", o qual convertido em Lei tomou o número 7.296.— **Anote-se. Arquite-se.**

**OFÍCIO:**

Curitiba, em 18 de março de 1.980.

Senhor Secretário.

Sirvo-me do presente expediente, para levar ao conhecimento de Vossa Excelência, fatos que lamentavelmente vêm ocorrendo no Colégio Agrícola "Arlindo Ribeiro" em Guaruapuava.

Alunos que concluíram seus cursos naquele estabelecimento, ainda em 1.975 e 1.976, deixaram de receber, até a presente data, os respectivos certificados de conclusão de curso. Há o caso, por exemplo, do aluno Amilton Delani, que concluiu em 1.976, e em 1.979 concluiu o curso de Administração Agrícola em Ponta Grossa, sem que tenha recebido o certificado da Escola Agrícola de Guarapuava.

Torna-se desnecessário maiores indagações, pois Vossa Excelência pode avaliar o prejuízo que tal atitude vem causando aos alunos do citado estabelecimento.

Na certeza de sua pronta atenção ao exposto, apresento a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e distinguida consideração.

(a) TRAJANO BASTOS.

**REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO**

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor WLADISLAU ROBERTO GACH, ferroviário aposentado, ocorrido em União da Vitória.

Pessoa de grande relacionamento na região, com seu passamento deixa consternação em seu grande círculo de amizades e enlutando sua grande e tradicional família.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua 1.º de Maio, em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

**REQUERIMENTO**

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor JUCELIM BERTOLOTI, ocorrido em União da Vitória.

De tradicional família de União da Vitória, seu desaparecimento aos 81 anos de idade, deixa enorme consternação em toda a região, pois tratava-se de pessoa de grande relacionamento e muito conhecido pelo seu modo alegre e sempre disposto.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Avenida Manoel Ribas n.º 758, em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de solidariedade à emenda apresentada pelo Deputado Federal ITALO CONTI, ao Projeto de Lei n.º 751, também de autoria do referido Parlamentar e, em trâmite no Congresso, e que visa obrigar as companhias de seguros privados, que atuam no campo de Previdência Social, a liquidarem o pagamento do seguro e dos benefícios concedidos, no prazo de 30 dias.

Outrossim, requer o encaminhamento de ofícios a todas as bancadas do Senado Federal e Câmara dos Deputados pedindo apoio ao mesmo.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980.

(a) FUAD NACLI.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado, FRANCISCO FERNANDO FONTANA, digníssimo Secretário de Estado da Indústria e Comércio e AURELIANO CHAVES, digníssimo Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, objetivando a abertura dos postos de gasolina no dia 30 do corrente, nos Distritos de Três Barras, Santo Antônio, Ibema e Ibiracema, Município de Catanduvas, em virtude dos plebiscitos que se farão realizar nos Distritos de Jesuítas e Três Barras, conforme xerox das Resoluções do Tribunal Regional Eleitoral, em anexo.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980.

(a) FUAD NACLI.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores DELFIN NETO, digníssimo Ministro do Planejamento, ÂNGELO AMAURY STABILE, digníssimo Ministro da Agricultura; NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado e REINHOLD STEPHANES, digníssimo Secretário da Agricultura, solicitando-lhes que irmanem na luta dos produtores de soja do Paraná, a fim de que o imposto de exportação sobre esse cereal e seus sub-produtos seja eliminado.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

## JUSTIFICATIVA:

Recebemos da Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste sediada em Cascavel, telex dando-nos conta da aflitiva situação em que se encontram os produtores de soja em nosso Estado, nesses últimos três anos.

Aquela entidade, embora reconheça como válida a gradativa retirada dos subsídios, com a finalidade de fortalecer a agricultura, condena a introdução de mecanismos nocivos, tais como as alíquotas do imposto de exportação, vigentes a partir de fevereiro do corrente ano, que teriam causado a redução de cerca de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros) no preço pago ao agricultor pela saca de 60 quilos.

Esse fato, juntamente com os novos juros e o prazo adotado para os vencimentos das cédulas de custeio agrícola, esta-

riam facilitando a manipulação do mercado.

Todos esses fatores contribuem para que haja flagrante distorção na Lei da Oferta e da Procura, causando irreparáveis prejuízos tanto para os agricultores de nosso Estado como para a agricultura de nosso País, a qual, assim, jamais se solidificará.

Ao lado desses detalhes, argumentam, sabiamente, que as excelentes safras obtidas pelos Estados Unidos e Argentina, inevitavelmente resultarão na tendência de baixa para a comercialização do soja.

Para finalizar, lembramos que somente o Oeste do Paraná responde por mais de trinta e cinco por cento da produção de soja do Estado e, de oito por cento de toda a produção nacional.

Merecem, portanto, os sacrificados agricultores de nosso Estado, atenção em suas ponderações para o atendimento daquilo que reivindicam com fatos irrefutáveis e que servem de advertência para um possível malogro da política de otimismo apregoada pelo Governo Federal, caso permitam nossas autoridades e manipulação do mercado do soja! ...

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício aos Excelentíssimos Senhores Secretários, da Justiça e Segurança, pleiteando a criação de uma Delegacia Especial com sede em Londrina, para o combate aos marginais e contrabandistas, que atuam intensivamente na região norte do Paraná furtando principalmente os caminhões e carretas que transportam café, uma das principais fontes geradoras de divisas da Nação.

As Companhias Seguradoras anunciam que não mais cobrirão as Empresas Transportadoras com seguros para o transporte de cargas de café. Conseqüentemente, as Transportadoras estudam a possibilidade de não mais transportar o referido produto, face ao elevado índice de assaltos a mão armada, (efetivados por gangs especializadas, armadas até de metralhadoras), o que implicaria em onus insuportável para a economia das empresas que estariam fadadas à falência.

Os camioneiros têm as suas vidas em risco, sempre que carregam o seu veículo com cargas de café.

A situação é desesperadora e alarmante.

Diante do quadro ora focalizado, reivindicamos em regime de urgência, o atendimento ao apelo das Empresas Transportadoras, dos motoristas de caminhão e carretas, enfim de toda a sociedade paranaense e brasileira que vivem séria ameaça de prejuízos irreparáveis, que serão sanados ou pelo menos, reduzidos com a criação da Delegacia Especial ora pleiteada.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980.

(a) DEL CIEL.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Parlamentares que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais, submetem à apreciação deste Plenário, e após sua aprovação, REQUEREM o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Saraiva Guerreiro, MD. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, solicitando junto a este, a tomada de medidas de segurança e de garantia à integridade de brasileiros, principalmente lavradores, residentes no Paraguai.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980.

(a) GERNOTE KIRINUS e

DARCY DEITOS.

## JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tal solicitação reveste-se da mais alta importância, principalmente no momento em que lavradores paraguaios revoltados, voltam-se contra o

regime daquele País, em luta declarada pelos seus direitos, e porque, mais de 300.000 brasileiros encontram-se naquele território, sendo a maioria deles, na condição de médios e pequenos agricultores.

De uma forma indireta, estes brasileiros estão hoje, situados em sua maioria, em meio ao campo de conflito, onde a própria imprensa cita a morte de 16 camponeses pelas forças militares do Paraguai, numa ofensiva em busca de sufocar tal movimento a qualquer custo.

Entendemos que lavradores e agricultores brasileiros que lá se encontram, merecem, devido as proporções que o movimento agrário toma naquele País, a devida atenção por parte do Governo brasileiro, antes que estes venham a sofrer represálias por parte de autoridades paraguaias, já que denúncias anteriores a este episódio, feitas aqui nesta Casa, sobre a insegurança que os lavradores brasileiros estão enfrentando naquele País, não mereceu a devida atenção por parte das autoridades em questão.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, seja encaminhada sugestão ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador MARINO BRANDÃO BRAGA, no sentido de que conste, nos feitos registrados perante as Varas de Execuções Criminais e Cíveis do Estado, a qualificação dos réus, principalmente o número de Carteira de Identidade, para evitar-se os equívocos hoje verificados, com o lançamento de homônimos e nomes assemelhados.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expedientes, aos Excelentíssimos Senhores GENERAL NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Governador do Estado do Paraná, e ao DESEMBARGADOR MARINO BRANDÃO BRAGA, digníssimo Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de que na nova Lei da Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criada e instalada a Comarca de QUITANDINHA, com sede no mesmo município, em razão do crescente desenvolvimento daquele município, quer no setor agrícola, econômico, político, cultural e social.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980.

(a) LÁZARO DUMONT.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores Secretários da Educação e da Agricultura, pedindo providências no sentido de que o Colégio Agrícola "Arlindo Ribeiro", em Guarapuava, emita com urgência, os certificados de conclusão de curso do ano de 1.975 e 1.976.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980.

(a) TRAJANO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

Chegou ao nosso conhecimento, de que alunos que concluíram seus cursos no mencionado colégio em 1.975 e 1.976, AINDA NÃO receberam seus certificados de conclusão.

Há o caso, de um aluno, que já concluiu o CURSO DE

ADMINISTRAÇÃO AGRÍCOLA em Ponta Grossa em 1.979, e que até a presente data não recebeu o certificado de conclusão do Colégio Agrícola "Arlindo Ribeiro".

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à TELEPAR, solicitando daquela empresa a instalação de um telefone público, na Vila Planalto, em Guarapuava, neste Estado.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980.

(a) TRAJANO BASTOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A medida que ora se pleiteia, é até uma questão de justiça. A Vila Planalto, em Guarapuava, é um bairro populoso, com uma concentração razoável de indústrias distante do centro da cidade cerca de 4 a 5 km, e que, no entanto, não conta ainda, sequer com um telefone público. Anexamos a este, um abaixo assinado por moradores do bairro, ansiosos por uma melhor comodidade e até por uma melhor segurança para si, e seus familiares.

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 19/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o EDUCANDÁRIO MADRE MARIA CRUCIFIXA, com sede e foro na Cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.980.

(a) JOÃO MANSUR.

#### JUSTIFICATIVA:

O Educandário Madre Maria Crucifixa, da Cidade de Francisco Alves, neste Estado, é uma entidade de caráter Educativo e Assistencial, fundada no dia 04 de julho de 1.979, pela Congregação das Irmãs Carmelitas Missionárias de Santa Tereza do Menino Jesus, com sede à Rua Henri Balot, n.º 812, na Cidade de Francisco Alves, e tem finalidade prestar serviços gratuitos à comunidade, e à criança carente, visando a formação integral da mesma dentro da comunidade.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais, pois está devidamente registrado em Cartório competente.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Sr. Presidente da República encaminhou no último dia 12, ao Congresso Nacional, projeto de lei complementar dispondo sobre oficialização das serventias da Justiça no País, sob o fundamento de que seria inviável ao Estado assumir imediata e simultaneamente a administração de mais de 15.000 serventias.

O processo de oficialização será feito de forma gradual e ordenada, procurando adaptar-se as situações já existentes em Brasília.

A oficialização dos cartórios constitui um dos pontos da reforma do Poder Judiciário, determinada pela Emenda Constitucional n.º 7, de 1.977 que foi outorgada à Nação

pelo General Ernesto Geisel, no chamado "Pacote de Abril".

O projeto de lei complementar alcança, inicialmente, as serventias criadas após a emenda e as que se encontravam vagas ou preenchidas a título precário, qualquer que fosse a forma de investidura, ou que viessem ou venham a vagar.

No Estado do Paraná existem dezenas, quando não mais de uma centena de cartórios distritais, cujos funcionários serão atingidos pela referida lei, assim como cada município terá que ser dotado obrigatoriamente de, pelo menos, um cartório incumbido do registro civil das pessoas naturais.

Esse mínimo leva em conta a necessidade de se atender à população do interior do País, que muitas vezes se vê sem condições de contar com seus serviços por causa das distâncias existentes".

Parece a nós, homens públicos do interior, cuja população representamos orgulhosamente, que seria da máxima importância que se decretasse a obrigatoriedade do registro civil ou de nascimento totalmente gratuito, como uma das formas de se praticar o ato primeiro da cidadania dos brasileiros aos varões por sua obrigatoriedade para com o serviço eleitoral, além das demais utilidades do registro de nascimento em todos os passos da criatura humana.

E tão útil ato como é o referido registro, mantém milhões de brasileiros, de ambos os sexos, como que excluídos dos quadros da comunidade nacional, por dela não poderem participar ativamente em sua maioria, pela carência de recursos financeiros para tal registro, ainda que não fisicamente distante no espaço o cartório.

Solicitaria ainda, Sr. Presidente e caros Deputados, que se solicitasse pelos canais competentes, a colaboração ou assessoria do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, junto à bancada dos Deputados Federais em Brasília para que, melhor aparelhados, pudessem acompanhar o tão discutido projeto, de modo a que prosseguissem resguardados os direitos adquiridos a serviço da Justiça, especialmente dos menos categorizados, se assim se pode dizer, mas, de maneira igual, úteis ao desenvolvimento do eminente terceiro Poder, ou um dos três Poderes: o JUDICIÁRIO.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, ultimamente, temos meditado muito e até nos preocupado, com respeito à violência que vem imperando na sociedade.

Quando os bandidos atacam a sociedade, praticam os crimes, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso até não nos surpreende, porque são homens que estão em guerra com a sociedade, estão rompidos com ela, estão à margem dela; estão no seu caminho, no caminho do crime. É do crime que eles tiram o meio de subsistência. E a sociedade organizada deve, na verdade, repelir o crime, combater os bandidos, se defender deles e se defender do crime.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quando os homens encarregados, pagos pela sociedade, recebendo dinheiro público, o dinheiro que é carregado pelos cofres públicos com o suor inclusive dos trabalhadores, pagos para defender a sociedade, mas, esses mesmos homens praticam crimes contra a sociedade. É de lamentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de lamentar e nós estamos, desta tribuna, para dizer da nossa preocupação e até mais além, da nossa preocupação de fazer alguma coisa para que esta avalanche de crimes praticados contra agentes do Poder Público seja contida.

Ainda estes dias e agora, recentemente, "O Estado do Paraná" publicou sobre crimes praticados por policiais; em Pitanga, pegaram um cidadão oficial da justiça que estava em viagem e o assassinaram cruelmente. Tantos crimes deste tipo

têm sido praticados por policiais. E as nossas autoridades maiores se omitem, não dão uma satisfação à sociedade pelos crimes que seus subordinados cometem.

Quero dizer que parece que estes crimes praticados por estes agentes do Poder Público, especialmente os policiais, fardados, que hoje existe até uma guerra entre a sociedade civil e a polícia militar. Existe um medo da polícia militar contra os civis, um receio. E dos civis contra a polícia militar.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos causa preocupação, porque até as criancinhas hoje têm medo dos policiais, porque vêem constantemente nos jornais, notícias de crimes bárbaros praticados por agentes do Poder. Nós até temos nos preocupado e estamos inclusive, estudando para ver se encontramos uma fórmula para que seja extinta a Polícia Militar.

E esta corporação, na medida das possibilidades, seja incorporada a Polícia Civil e só se tenha Polícia Civil que se identifique com os civis. Pois eu acredito que, aí sim, teremos uma sociedade capaz de se tranquilizar e os civis se identificarem com a Polícia Civil.

Ainda há pouco eu me comunicava com um cidadão, agente da Polícia, de certa graduação, e ele me disse que está havendo até uma confusão entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, porque os crimes praticados por uma das áreas são atribuídos à outra. Muitos crimes são praticados, inclusive furtos, puxadores que existem por aí, são atribuídos à Polícia Militar, e outros, que se atribuem à Polícia Civil.

De sorte que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria fazer um apelo ao Secretário de Segurança, para que, na prática, levasse a sua autoridade, para que policiais não prosseguissem na senda do crime, assassinando homens, porque eles, antes de mais nada, têm obrigação e ganham para garantir a integridade física dos cidadãos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

OSR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Incrível como o Ministro Delfin Neto consegue ser incoerente e enganador. Na última terça-feira, dia 11 de março, respondendo a pergunta de jornalistas, informou que o aumento da gasolina estava sendo estudado, obedecendo fatores dentro do aspecto econômico, mas também com considerações de natureza política. Foi mais além, declarando que "o aumento não será avassalador e vocês poderão até ter uma surpresa".

É verdade. O povo brasileiro teve mais uma desagradável surpresa. No momento em que ninguém mais tem sequer cinto para apertar, aparece em cena um aumento de quinze por cento, com a denominação de reajuste. A gasolina que já atingiu índices violentos de cifras, custando o absurdo de Cr\$ 22,60 o litro, agora vai custar ainda mais: Cr\$ 26,00 o litro. E o Ministro centralizador ainda tem a coragem de dizer que o reajuste não será avassalador.

O pior de tudo é saber que o aumento servirá para cobrir uma dívida de aproximadamente quarenta bilhões de cruzeiros da PETROBRÁS para com o Banco do Brasil. Todos os derivados do petróleo estão inclusos neste programa. Segundo ainda declarações de Delfin: "novos preços dos derivados do petróleo serão fixados tendo em vista o interesse dos consumidores e as necessidades do País".

Ora bolas, ele fala em nome dos consumidores como se fosse um representante oficial, eleito pelo próprio povo. Quando sabemos que as coisas são feitas independentemente da consulta à opinião pública, que é representada pelos parlamentares e que existem para examinar fatos e procedimentos dessa natureza. Há necessidade de se extinguir a soberania do Estado sobre a soberania da sociedade. Os tecnocratas provam, mais uma vez, que não têm responsabilidades para com o povo, mas o governo prescinde de saber se seus atos são ou não são absolvidos pelo

povo, porque sua função é ditar.

Todos estão sendo prejudicados. São milhões de brasileiros sofrendo com este aumento absurdo. As donas de casa, prejudicadas com o aumento do gás, os profissionais do volante, motoristas de táxi, vivem dias insuportáveis; os caminhoneiros também sofrem prejuízos; o problema do óleo diesel, as empresas, os próprios postos de gasolina, a propulsão brasileira. Ninguém escapa, ou melhor, quase ninguém. Existem aqueles que andam de avião ou de automóvel oficial, com gasolina ou álcool por conta do Governo. Esses estão sorrindo. Estes não estão preocupados, e para esses, quinze por cento é um aumento pequeninho.

Terminando, repito aqui uma frase do jornalista Hélio Fernandes: "continua o regime incerto, de objetivo duvidoso, com uma fachada vistosa, um palácio monumental, e um porão onde acontecem as coisas mais absurdas e imprevisíveis".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quatro orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Toda essa celeuma levantada pelos irmãos Belinati, para tentar denegrir a imagem do Deputado Álvaro Dias, não passa de uma manobra para desviar a atenção da opinião pública das várias ações populares, impetradas por cidadãos londrinenses, e em tramitação nos canais competentes, da justiça, que podem resultar, de acordo com a lei, na cassação do mandato do Prefeito, ou o seu envio às grades da Penitenciária.

Os traidores estão tentando, da lama onde estão enterrados, retirar o instrumental de ataque sobre quem, por seu passado e por sua atuação, se credencia a ocupar mandatos de maior envergadura no Estado, desde que o povo consiga arrancar da ditadura brasileira, o direito de escolher o seu Governador.

Voltaire já dizia: — "Mintam! Mintam sempre e algo sobrá." De tantos atos de corrupção apresentados aos tribunais populares, Belinati retira algumas das suas ações praticadas para jogar sobre líderes populares legítimos que não traem e não se vendem, o que ele praticou.

O porta-voz da gang, que anoiteceu autêntico e amanheceu adesista, traidor de companheiros e vendilhão das causas populares, entra em profunda contradição, espelho fiel de sua personalidade. E em desespero emocional, afirmou no seu primeiro ataque hidrófobo, que Álvaro Dias teria aguardado a mudança familiar de partido para dizer as verdades sobre eles, e nas edições de hoje, o referido porta-voz do clã, afirma que estavam sendo hostilizados há oito anos pelo Deputado Álvaro Dias.

Quem, há oito anos, adverte a opinião pública que existiam elementos nocivos ao povo londrinense, tem toda razão, quando endossa a denominação popular dada ao Paço Municipal conhecido pelo nome de "Palácio Eveready", que é a pilha do gato.

É bem possível que a impunidade, que hoje é a verdadeira lei dos corruptos, pode até levar à não condenação dos feitos judiciais em andamento, mas a opinião pública de toda a região, por certo, já fez o seu julgamento.

Afinal, poderá a Justiça absolver quem está sendo incriminado por atos de corrupção, com a compra de terrenos para construção de conjuntos habitacionais, a tentativa de se lotear o Horto Florestal, a realização de obras no centro da cidade que, segundo a ação popular movida, envolve corrupção flagrante, e as constantes reclamações de interessados em se habilitar para obras públicas, que não suportam elaborar um orçamento em que um percentual elevado deveria ser separado para a famosa, conhecida e ridicularizada "caixinha da gang".

A impunidade de Belinati e Cia., virá provar que o povo tem razão, quando não crê que tenha sido deflagrado um golpe

militar em 64, com objetivo básico de eliminar a corrupção e punir os corruptos.

O Deputado Valdimir é fruto da corrupção, pois o povo sabe quanto custou, e a quem custou a sua eleição, e não poderá fugir do julgamento popular, que em breve virá.

Não é preciso que a Oposição mostre agora o que tem em mãos, o que será feito nos Tribunais, porque são pessoas ligadas ao PDS, à nova ARENA que, não suportando o cheiro nauseante de tais presenças, está nos fornecendo elementos que virão a público nos próximos dias e farão corar um monge de pedra.

Os irmãos Belinati jamais imaginariam o que se tem em mãos, e se tivessem imaginado, teriam entrado num estado de surdo-mudez permanente, porque ninguém perde por esperar. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao quinto orador inscrito, nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o nobre Deputado Fiori Luiz, pelo seu pronunciamento, porque retrata absolutamente a verdade, Sr. Presidente.

O que nos traz hoje à tribuna, é um assunto dos mais sérios.

Parece que o exemplo que o Paraná e o Brasil tiveram, recentemente, com o surto da poliomielite, não foi o suficiente para sensibilizar as autoridades sanitárias do País.

Desenvolver uma campanha de vacinação em massa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois que o surto já se instalou, não adianta mais. Aí já é tarde demais.

Se existe um setor da administração pública que não se permite omissão, negligência e erro, é o setor da saúde pública. Com a saúde do povo não se deve brincar.

Um aluno pode ficar por alguns dias sem aula, por falta de professores, como é o que vem ocorrendo no Município de Telêmaco Borba. Mas, nunca, esse aluno poderá ficar sem vacina. Isso não é concebível e isso é imperdoável, quando ocorre. "A saúde do povo é a suprema lei".

Esta frase, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está incrustada no prédio da Saúde Pública, aqui em Curitiba, mas não parece que é assim, que o Sr. Secretário da Saúde do Paraná vem encarando este setor seríssimo, como diz, onde não pode haver erros, omissões ou negligências.

Recebemos, no dia de ontem, após a Sessão Plenária, informações que reputo verídicas até prova em contrário, de que há mais de um mês os postos de saúde do Município de Londrina, não possuem a Vacina Tríplice, que é a vacina contra a coqueluche, contra a difteria e contra o tétano, e isso, Sr. Presidente, não é admissível, não é concebível, porque caso surja um surto dessas doenças no Município de Londrina, com conseqüências irreparáveis, a quem deveremos responsabilizar? Evidentemente que teremos que responsabilizar o Governo do Estado, na pessoa do Sr. Governador do Estado e também na pessoa do Sr. Secretário da Saúde.

Entendo que esta denúncia deve ser com a maior urgência verificada, porque caso aconteça algum caso de coqueluche, tétano ou difteria no Município de Londrina, teremos que responsabilizar diretamente as autoridades sanitárias do Estado do Paraná.

É com este propósito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que voltamos à tribuna nesta tarde, para fazer esta denúncia e ao mesmo tempo, apelar ao Sr. Secretário da Saúde do Paraná, para que, com a maior urgência possível, procure verificar junto ao Posto de Saúde, de um tal distrito sanitário de Londrina, para, pessoalmente, constatar essa nossa afirmação, porque, como disse, trata-se de um dos assuntos mais sérios da administração pública, que é a saúde pública. Com a saúde do povo, Sr. Presidente, nobres Deputados, não se deve brincar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).



O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Fidélcio Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já não é a primeira vez que a Oposição vem a esta tribuna e falo da Oposição tradicional neste Parlamento, o PMDB, antigo MDB, porque as demais representações oposicionistas praticamente não representam as comunidades produtoras de cereais do Estado.

Por esta razão, Sr. Presidente, já se tem falado aqui da exportação de soja, como forma de auferir divisas para a busca de recursos para pagamento da dívida externa.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se pode compreender que o Governo do Estado, cujo Estado é responsável por oito por cento da produção nacional de grãos, não dê a sua contribuição para resguardar os problemas da agricultura e especialmente me refiro ao problema do imposto sobre a exportação de soja.

O Governo anterior, Sr. Presidente, omitiu-se numa posição clara de que estava a favor do confisco cambial e atualmente o Governo do Estado do Paraná nada fez para que este imposto ou o confisco indireto de treze por cento seja banido, seja cobrado, seja espoliado do agricultor que, hoje, se vê marginalizado com as altas de adubos e insumos, de máquinas e de tantas outras incidências sobre o preço do produto.

O Governo passado: lavou as mãos e este Governo se retrai, sai da sua cancha de luta, vem pra televisão pedir o esforço dos paranaenses, vem falar da grande produção, vem conchamar a se levantar o Estado num exemplo de grandeza e de trabalho.

No entanto, Srs. Deputados, o que se fez para não se permitir o imposto de exportação que é o confisco indireto: Exportação do grão de soja, treze por cento, de óleo, cinco por cento, e de farelo, vinte e oito por cento.

A agricultura espera, sinceramente, Sr. Presidente, que o seu Governador hoje, em Brasília, transmita a preocupação que existe na região maior produtora do Estado do Paraná, a região oeste, responsável por trinta e cinco por cento da produção do Estado. O sojicultor da região, haverá de demonstrar a sua força, o seu desempenho e a sua liderança, e há de levantar contra essa impostura do confisco cambial, a ditadura econômica dos donos do Poder e haverá também, num gesto de defesa e inteligência, impedir a própria comercialização do produto, não entregando no mercado, fazendo greve e não permitindo que as indústrias recebam esse produto, e também, impedindo que se faça exportação, porque não é possível, ainda neste estágio, permitir que o Governo use e abuse da única forma de defesa e de vida que é a própria agricultura.

Encaminho, Sr. Presidente, para concluir, um requerimento à Mesa, pedindo insistentemente para que o Governo do Estado, Governo da República, através dos Ministros televisados a todos os momentos, do Planejamento e Agricultura, tomem uma medida decente, urgente e imediata para acabar de uma vez por todas com o confisco cambial indireto, porque nós, na região, Sr. Presidente, temos espalhado publicamente a necessidade do agricultor fazer uma greve, porque só assim o Governo tomará de bríos as providências que serão colocadas nos devidos lugares.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente e regimentalmente, encaminho à Mesa um requerimento subscrito pelo nobre Deputado Waldyr Pugliesi, que requer transcrição nos Anais desta Casa, do comunicado dos alunos de arquitetura da Universidade Federal do Paraná,

que se encontram em greve, e que fazem as seguintes exigências: a imediata contratação dos nove professores colaboradores, o suprimento do déficit existente de pranchetas e bancos, a efetivação do ensalamento exclusivo do Curso de Arquitetura e Urbanismo de três salas de aula adequadas à prática do desenho e da composição arquitetônica.

E dizem eles, nesse comunicado: "Nós, estudantes de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná, assumindo total responsabilidade pela condução do movimento, reservamo-nos o direito de sermos o seu único e legítimo porta-voz, julgando justas nossas exigências, esperamos a breve solução do impasse criado, e pedimos a compreensão e o apoio de todos os colegas, estudantes, professores e da comunidade em geral".

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há dezesseis anos nesse País se faz revolução, a qual tinha, por escopo, duas metas prioritárias: acabar com a subversão e acabar com a corrupção.

Ao longo destes anos, entretanto, a Nação assistiu não à extinção da subversão, mas ao sacrifício de muitos valores que faziam parte da própria História de nossa terra, o que veio a ofuscar a vida nacional.

O que podemos afirmar com relação à segunda meta prioritária, a corrupção, esta foi instalada oficialmente em nosso País. Estão aí os corruptos a se beneficiarem em todos os aspectos e de todas as formas. Faz-se urgentes providências do Poder constituído, para que se dê um fim à mesma em nosso País. Mas é bom que se diga que a extinção deste cancro só se dará quando mudarmos o nosso modelo econômico, social e político, que está calcado no capitalismo espoliador que sempre foi o desagregador dos bons costumes e dos valores morais onde atua.

É na sanha do enriquecimento ilícito, que se promove a corrupção, com a finalidade de se alcançar poder, fama e glória.

Assistimos, em nosso País, a maior "desova" de corruptos de todos os matizes, desde o que fornece "carteira de habilitação fria" até os que promovem a "máxi-desvalorização do cruzeiro", como ocorreu no fim do ano passado. Corrupção esta, consentida por um Governo anti-povo e que beneficiou os capitalistas e as multinacionais que sempre exploraram o povo brasileiro.

Portanto, é justo afirmar-se que neste País a "corrupção" campeia desde as fontes palacianas até as menores repartições públicas de nosso Estado. E é para denunciar uma destas corrupções, que hoje vimos à tribuna e também aqui para apressar a nossa mais veemente repulsa contra todos os monopólios que se instalam ou que vierem a se instalar em nosso Estado, porque é sobejamente sabido que eles tolem a liberdade social, política e econômica, trazendo, conseqüentemente, prejuízos incomensuráveis ao nosso Estado e Nação.

Foi durante o recesso parlamentar que assistimos, mais uma vez, infelizmente em detrimento de nossa região, que uma empresa monopolista no ramo de transportes, a "Viação Garcia Ltda.", que tem a sua sede em Londrina, valendo-se de sua "influência" junto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para espanto de todos, infelicidade dos usuários e pesadelo das demais empresas de nosso Estado, conseguiu de vez a concessão da linha de ônibus entre Umuarama e São Paulo, a qual de há muito vinha operando clandestinamente sob as "vistas grossas" ou interessadas de seus padrinhos na cúpula do DNER. Como também vem operando, clandestinamente, outras como Ivaiporã - São Paulo, Maringá - Campinas, Umuarama - Campinas, entre outras.

Note-se que esta prática já é uma constante, pois em julho de 1977, a referida empresa foi agraciada com o deferimento da linha Campo Mourão - São Paulo, deixando nós, mouraenses, pasmados, pois esperávamos pelo menos, que houvesse concorrência, como estabelece a lei, onde uma empresa de nosso muni-

cípio pudesse participar. E esta empresa é o Expresso Nordeste Ltda., que muitos e bons serviços tem prestado à nossa comunidade e que, por certo, mais divisas traria ao nosso município.

Naquela oportunidade, políticos e empresários se manifestaram, lamentando a veleidade dos homens do DNER, conseguindo parte de suas reivindicações com as denúncias que fizeram. Foi aberta concorrência da qual não participou a monopolista.

Em ambos os casos relatados, as concessões da linha Campo Mourão - São Paulo e Umuarama - São Paulo, a Viação Garcia requereu prolongamento de linhas. E a Legislação que regulamenta a matéria dos Serviços de Transportes Coletivos de passageiros inter-estaduais e internacionais, aprovados pelo Decreto 68.961, de 73, diz o seguinte: em seu artigo 8.º: "Do processo de adjudicação dos serviços - Concorrência - A concessão dos serviços far-se-á mediante concorrência sob contrato firmado com o vencedor ou os vencedores da licitação.

Art. 12 - Serviços que independem de concorrência.  
b) Prolongamento de linhas pela transferência de um dos seus terminais, desde que venha sendo explorado pelo mesmo há mais de dois anos. E o local do novo terminal não reúna condições de mercado de transporte autosuficiente, constitua todavia fonte secundária do sistema a ser prolongado, e se encontre dentro da área de influência do terminal, dele não distanciando mais de vinte por cento do itinerário original".

O artigo que ora citamos, é de elementar compreensão e estabelece categoricamente que é possível o prolongamento de linhas. Mas para essas condições, estabelece: "Que o novo terminal não tenha condições de mercado: auto-suficiente, que constitua fonte secundária do sistema original de linha e que esteja dentro da área de influência".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria falta de conhecimento da realidade, admitirmos que Umuarama e Campo Mourão não tenham condições de mercado e auto-suficiência de passageiros para São Paulo. Tanto isso não é verdade, que a monopolista que foi agraciada, ao ser presenteada com estas linhas, iniciou-as com vários horários.

Sob o manto deste artigo, jamais poderia o DNER conceder tais concessões, pois é uma insensatez, ou é fazer vistas grossas ou estar interessado nas referidas concessões.

Ou o DNER considera o povo do Paraná, e em especial o da minha região que nesta Casa representamos, cego, ou poderemos afirmar, desta tribuna, que existe corrupção para beneficiar a monopolizadora de transporte coletivo do norte do Estado do Paraná, que é a Viação Garcia Ltda.

Deduzimos, ainda, que uma linha que tem mercado suficiente, não é mercado secundário. E dizer-se que Umuarama ou Campo Mourão, que é sede de importante micro-região, esteja dentro da área de influência de outras cidades, é desconhecer a realidade dos fatos, e isto não podemos aceitar e nem admitir.

De tudo isto, deduzimos a assertiva das palavras de Hélio Duque, nosso eminente companheiro na Câmara Federal, que diz: "A corrupção é uma sanguessuga que tira do Estado, o sangue da confiança e do respeito, forçando a Nação a duvidar e descreer da capacidade de lealdade dos seus dirigentes, já que o contrato interesseiro passa a ser uma relação social normal. No Brasil autoritário, a corrupção estatal vem sendo regra aceita no cotidiano e os exemplos concretos são multiplicadores.

Sr. Presidente, regimentalmente, requiero a Vossa Excelência que o meu pronunciamento até esta altura, o seu teor, seja remetido ao Diretor Geral do DNER, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Renato Bernardi - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu ouvi com atenção o pronunciamento de Vossa Excelência, e sinto que aborda um problema crucial dentro desta

propalada campanha de economia de combustível, porque no momento em que o setor que Vossa Excelência cita, tem um grande esquema de sustentação, através de tecnocratas, incrustados nos órgãos governamentais, o Brasil caminha triunfante no setor do rodoviarismo. E, "pari-passu", as nossas ferrovias estão num processo constante de desativação numa tentativa evidente de se desmoralizar os setores da economia que estão sendo estatizados, porque, enquanto o rodoviarismo tem esse esquema de proteção junto aos altos escalões, o setor ferroviário está totalmente abandonado e sofre, inclusive, esse tipo de pressão, para que se desmoralize, ainda mais, um setor que está estatizado, quando o transporte de massa, acima de tudo, deveria ser uma prerrogativa a nível popular.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS - Nós agradecemos o seu aparte, eminente Líder da nossa bancada do PMDB, Deputado Renato Bernardi, que muito bem representa a gigante Maringá nesta Casa.

Concedo aparte ao nobre Deputado Jurandir Messias. O Sr. Jurandir Messias - Deputado Darcy Deitos, realmente tive a oportunidade de ouvir com a máxima atenção o seu pronunciamento, porquanto estivemos secretariando os trabalhos da Casa.

Deputado Darcy Deitos, o seu pronunciamento, realmente, diz a verdade.

Ele espelha a real situação das empresas de transporte coletivo. Entendemos também, Deputado Darcy Deitos, que houve, eu não sei se seria aplicado o termo aqui, contra o "Expresso Nordeste", visto que também temos o máximo interesse de Vossa Excelência, não porque é uma empresa que se iniciou em Pitanga, que estava lá a sua origem, nos seus sócios-fundadores, moradores daquela cidade e que, mais tarde, transferiu-se para a cidade de Campo Mourão, fazendo lá a sua sede para todos os interesses da Empresa Nordeste.

Pois bem, Deputado Darcy Deitos, quero que fique claro que não é este o objetivo do meu aparte, de defender o Expresso Nordeste, especificamente, mas de "dar a César o que é de César".

Sabedores que somos, Deputado Darcy Deitos, que o Expresso Nordeste foi o que, com bastante dificuldade, conseguiu trazer para todo o centro do Estado do Paraná, aonde, até bem pouco tempo atrás, não se tinha uma estrada asfaltada, e o Expresso Nordeste sempre deu o devido acolhimento, e digo mais, o devido respeito àqueles que ocupavam os transportes coletivos.

Outras empresas, Deputado Darcy Deitos, jamais se interessaram, porque as estradas, além de não serem asfaltadas, não ofereciam condições, principalmente quando era época de chuvas.

O Expresso Nordeste sempre esteve lá, pixando os nossos municípios, com chuva ou sem chuva, com sol, com barro, com lama, estava lá, coerente, firme, dando a sua assistência.

Nesta oportunidade que ela quis se expandir para outros Estados, levar as suas linhas para o âmbito interestadual, se vê cercada nos seus direitos por uma empresa que, poderíamos dizer, quase que multinacional, pela força que tem, junto aos órgãos competentes, e é por isso que nós quisemos dar o nosso depoimento ao seu pronunciamento, da injustiça, da ingratidão que todos nós sentimos quando vemos uma empresa que se fez de homens humildes, de homens honestos, mas de homens trabalhadores e que chegou hoje na posição que é o Expresso Nordeste.

Fica aqui, Deputado Darcy Deitos, a nossa solidariedade com o vosso pronunciamento, e a nossa repulsa por sabermos que foi concedida essa linha Campo Mourão a São Paulo, de fato e de direito, à empresa multinacional Garcia.

O SR. DARCY DEITOS - Deputado Jurandir Messias, o testemunho de Vossa Excelência vem tão somente afirmar que



corrupção existe e influências estranhas existem em prejuízo, em detrimento de empresas legitimamente paranaenses, como é o caso do Expresso Nordeste de Campo Mourão.

Mas prossigo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao mesmo tempo que denunciarmos nesta Casa a corrupção, aproveitamos desta oportunidade, para rebatermos as críticas que em uma das sessões deste período legislativo aqui sofremos, muito embora não venhamos aqui para defender posições que hoje temos pois elas são as que sempre tivemos ao longo de nossa vida política.

Foi dito aqui que temos uma posição de esquerda, mas quem nos conhece sabe que a nossa posição é a mesma da classe trabalhadora, pois foi com muito orgulho que a ela pertencemos e que a ela ainda pertencemos e não negamos a nossa origem, pois se ainda nesta Casa estamos, não foi pelo beneplácito da classe dominante, mas sim pelos votos dos homens honestos da minha região, que sempre condenaram a atual política desumana e discricionária de um Governo arbitrário e ditatorial que se implantou nesse País.

Foi dito aqui nesta Casa, no dia 07/03/80, pelo Deputado Antônio Facci, dizendo que: "Depois que o AI-5, depois que as leis de exceção tornaram-se um pangaré velho e cansado, aí muitos outros vieram correndo abraçar-se à Oposição e dizer-se autênticos homens de oposição que se firmam, e esse mesmo Deputado Darcy Deitos, que fui buscar em Campo Mourão para filiar-se à Oposição, que fui de Campo Mourão a Astorga em 64, procurando convencê-lo a filiar-se às fileiras da Oposição, e só convenceu-se quando conseguimos dizer a ele que estava num campo livre, que naquela região não tinha ninguém da oposição e ele poderia até virar Deputado".

Queremos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, refutando o que foi dito e o que acabei de ler, lembrar uma frase do poeta Augusto dos Anjos, em uma de suas poesias: "A mão que afaga é a mesma que apedreja". Agradecemos a mão que afaga, mas repudiamos a mão vil que apedreja, não a nós, mas ao povo que foi traído, vilipendiado e roubado em suas consciências pelos inextricáveis que abandonaram suas origens, buscando na sombra do poder, não as soluções para os problemas que sempre afligiram o povo brasileiro, mas sim as soluções para os seus problemas pessoais.

Queremos dizer mais, que as afirmações do Deputado Antônio Facci não são verdadeiras, pois em 1974, muito antes de conhecê-lo, nós já compúnhamos a comissão provisória do MDB de Campo Mourão, e para tanto, aqui invoco o testemunho do eminente Deputado, hoje Líder do PTB nesta Casa, Adalberto Daros, que com o seu desprendimento, seu espírito de luta e suas idéias libertárias, foi quem juntamente conosco, organizou o MDB em Campo Mourão:

Não optamos por esta bandeira, como diz o Deputado, somente quando as leis de exceção já não mais existiam, porque Sua Excelência sabe que fomos candidatos a Prefeito em Campo Mourão, em 1976, lutando contra a ditadura praticamente sozinho, visto que Sua Excelência foi a Campo Mourão tão somente em 1974 buscar votos, e na campanha de 76 se escondeu lá, não comparecendo, não honrando o apoio que lá teve.

Mas isso não nos surpreende, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque o Paraná deve analisar, quem realmente diz a verdade. Quem realmente já analisou, porque o povo do Paraná é um povo honrado, digno e decente, sabe analisar as coisas e sabe discernir a verdade, quando ela é dita.

O custo das adesões não nos cabe aqui analisar. Mas cabe aqui, a análise da traição cometida contra aqueles que tiveram suas consciências maculadas por aqueles que, recebendo uma delegação popular, através do voto, desviaram-se agora dessa delegação, mudando-se de posição sob o pretexto de se alistarem em outro Partido.

E cabe aqui a pergunta: Será correto um detentor de mandato eletivo passar a outro lado, quando se sabe que a votação

ocorrida se deu justamente pelo seu posicionamento dentro do bi-partidarismo existente? Sabe-se que o mandato político assemelha-se e em muito, ao mandato judicial, então, como reagiria alguém que tendo outorgado procuração a um advogado para defendê-lo, notasse que no curso da demanda seu procurador passou para o outro lado, sem ao menos ter tido antes a dignidade de renunciar ao mandato ou procuração que recebeu.

Mas, o eleitor, Sr. Presidente, será o grande juiz nas próximas eleições, que aqui sempre defendemos, e por certo, dará troco à traição recebida. Não deixando vir para esta Casa e outras Casas de Leis, os que sempre enganaram os mesmos e que na sua vida política, jamais buscaram as soluções para as angústias do povo brasileiro.

Queremos, ao finalizar, Sr. Presidente, reafirmar aqui que nós continuaremos a nossa luta intrépida e constante contra a corrupção, contra a ditadura, contra o arbítrio que se tenta perpetrar neste País, fazendo isso com profissão de fé nos destinos da democracia.

Tem o aparte o Deputado Fiori Luiz.

**O Sr. Fiori Luiz** — Quero reportar-me à primeira parte do seu pronunciamento, envolvendo: essa empresa de transportes do Norte do Paraná.

Se eu bem ouvi, o nobre Deputado Jurandir Messias afirmava ser a Viação Garcia uma empresa multinacional, então eu acho que, aproveitando esse espírito de humor do grande companheiro Jurandir, só se for multinacional, porque transporta em seus ônibus japoneses, italianos, franceses, portugueses, poloneses...

**O Sr. Jurandir Messias** — Deputado Fiori, apenas compareia com uma multinacional.

**O SR. DARCY DEITOS** — Para encerrar, Sr. Presidente.

Nós continuaremos no PMDB e não mudaremos de tribuna, pois respeitamos profundamente a delegação que recebemos e não trairamos, jamais, aqueles que nos confiaram, seremos aqui um sentinela vigilante contra os vendilhões da Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE** — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jucelim Bertolotti, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wladislaw Roberto Gach. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 82/79. — Em votação.

**O SR. ADALBERTO DAROS** — Para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que não há discussão nem encaminhamento de votação. Já foi encaminhado à votação na sessão anterior.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovado**.

**O SR. ADALBERTO DAROS** — Sr. Presidente, requeiro verifi-

cação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro que Vossa Excelência, antes de atender ao nobre Deputado, proceda a chamada nominal para ver se há "quorum" para votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É feita a chamada nominal).

Responderam a chamada, 43 Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo Deputado Antônio Facci, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

26 Srs. Deputados aprovam; 4, rejeitam. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil do Governo, em forma de pedido de informações, sobre a campanha publicitária que veiculam as realizações do Governo. — Em votação.

O SR. FIORI LUIZ — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que o presente requerimento já foi encaminhado à votação na sessão anterior.

P SR. FIORI LUIZ — Mas, pelo que me consta, Sr. Presidente, eu discuti, não pedi para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Não existe, na forma do Regimento Interno, e a Mesa informa ao nobre Deputado, que o presente requerimento não foi solicitado adiamento de discussão, e o presente requerimento já foi discutido pelos nobres Deputados Fiori Luiz, Airton Cordeiro e Nilton Friedrich; em encaminhamento de votação, Erondy Silvério, Deni Schwartz, Gernote Kirinus, Nestor Baptista, Lineu Turra, Mário Celso, Paulo Camargo, Adalberto Daros, Waldyr Pugliesi, Gabriel Manoel e Nilso Squarezi.

Em votação.

O SR. FIORI LUIZ — Nobre Presidente, eu discuti, não pedi para encaminhar a votação na última quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado, que o presente requerimento, para ser discutido, teria que, na sessão anterior, ter sido pedido para discutir e seria adiado para a próxima sessão.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, acho que, com todo o respeito, há uma ligeira inadvertência na interpretação do Regimento Interno.

Parece-me que, discutir requerimento é um instituto previsto no Regimento Interno. Encaminhar a votação, é outro instituto. Não tem nada que ver uma coisa com outra. O mesmo Deputado que discute, pode encaminhar o requerimento.

Nesta parte, quero resguardar o Regimento Interno.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, das decisões da Mesa cabe recurso ao Plenário. O que a Mesa não pode, é estabelecer um diálogo com o Plenário.

Nestas condições, o nobre Deputado que discorde da decisão da Mesa, pode recorrer ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa: se algum Deputado pedir a palavra de acordo com o Art. 150 do Regimento Interno: (Lê): Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente. Está em regime de votação.

(Pela ordem) Apelo para o espírito democrático de Vossa Excelência, que é indiscutível a jurisprudência firmada neste Parlamento.

Encaminhamento de votação há uma prerrogativa, um

direito, escrito, substancial, previsto no Regimento Interno.

Encaminhamento de votação, qualquer Deputado pode encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa cita ao Deputado: para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderão falar uma vez. É a posição da Mesa, definitiva. Está em votação o requerimento.

O SR. FIORI LUIZ — (Pela ordem) Eu discuti o requerimento na última quarta-feira. Não encaminhei votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que é decisão definitiva da Mesa.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — Rejeitado o requerimento.

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

16 aprovam; 26 rejeitam. — Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, sobre a localização e pormenorização das 1986 salas de aula. — Em votação.

O SR. EDILSON ALENCAR — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O requerimento que apresentamos a esta Casa, deveu-se à estada aqui, de Sua Excelência o Governador Ney A. de Barros Braga, quando na sua exposição e quando das duas afirmativas diante dos Srs. Deputados, que afirmava ter construído no ano de 1980, 1986 salas de aula e outros inúmeros benefícios levados a determinados municípios do Paraná.

Causou realmente estranheza a esta Casa e a vários Srs. Deputados. Dúvidas pairaram em nossa consciência, razão pela qual da nossa apresentação do Pedido de Informações, que não vejo mal nenhum na sua aprovação, tendo em vista que o próprio Governador do Estado trouxe a assertiva de que havia construído neste Estado, 1986 salas de aula.

Parece-me, Sr. Presidente, que a bancada do Governo nesta Casa, pretende votar contrariamente a tal pedido, segundo informações a nós chegada. Se isto acontecer, é realmente um grande desrespeito que a bancada do Governo prestará ao Paraná, não somente a este Poder, tendo em vista que o nosso pedido de informações tem o cunho específico de pedir ao Governo informações cabíveis para que o Paraná saiba onde foram construídas e quais os municípios que receberam tais benefícios.

Se o pedido que nós encaminhamos à Mesa não tiver aprovação desta Casa, só poderemos dizer que o Governo do Paraná trouxe a esta Casa inverdades, e nós, para que não tenhamos o Governador deste Estado como mentiroso, ou para que o Paraná não tenha o Governador Ney Braga desacreditado, para resguardar portanto as afirmativas do Governador Ney Braga, é que nós apelamos para a bancada do Governo, para a bancada do PMDB, e do PTB nesta Casa, para que vote favoravelmente ao nosso requerimento, para que o Paraná saiba o que está sendo feito com o dinheiro do povo, aplicado pelo Governo do Estado.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. — Rejeitado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Pela ordem, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação)

26 Srs. Deputados rejeitam; 15 Srs. Deputados aprovam. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao DASP, consubstanciado em pedido de informações, a respeito do concurso público realizado em Londrina, no ano de 1977. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à COPEL, no sentido de informar o porquê do aumento extraordinário ocorrido com a energia elétrica. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex a diversas autoridades, no sentido da imediata intercessão para que a área de um milhão de hectares de terra na região de Aripuanã, Mato Grosso, e pertencente à COTRI-GUAÇU, não seja vendida a um grupo Multinacional (SHARP). — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Ministro da Justiça e à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, pelo acordo efetivado no sentido de evitar a apresentação, principalmente antes das 21:00 horas, de cenas de desagregação familiar. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, reiterando pedido de melhoramentos na estrada Mato Grosso, que liga Campo Largo a Rondinha. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, em forma de apelo, no sentido de que seja construída uma Escola Isolada, na localidade de Ferraria, Município de Campo Largo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações e regozijo, pelo relançamento em nossa Capital, do jornal "Correio de Notícias". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Ministérios do Planejamento e Agricultura, encarecendo a fixação imediata do preço de garantia do trigo da safra de 1980. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências para a instalação do curso de 1.º Grau no Distrito de Porto São José, Município de São Pedro do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, sobre a demissão de 210 pessoas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do IBC, no sentido de que volte a vigorar o diferencial de 5 cents por libra-peso na exportação

do café pelo Porto de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à EMATER, sobre o Concurso do Milho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a diversas autoridades, denunciando irregularidades verificadas na Escola Municipal Lamenha Grande, no Município de Almirante Tamandaré. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Ministérios da Agricultura e Planejamento, encarecendo a extinção do Imposto sobre Exportações de Soja em Grãos, óleo de soja e farelo de soja. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à GRAFIPAR Empresa Jornalística S/A, pelo retorno do consagrado "Correio de Notícias". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado em nome do Poder Legislativo do Estado, veemente apelo ao Sr. Ministro da Educação, no sentido de que proíba o chamado "Trote de Calouros", em todo o território nacional. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Educação e da Agricultura, no sentido de que seja destinada verba para reforma geral no "Colégio Agrícola Getúlio Vargas", no Município de Palmeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça e demais membros da Corte, contendo apelo desta Casa, no sentido de que o Município de Guaratuba seja indicado como sede de comarca. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Planejamento, em forma de apelo desta Casa, no sentido de que sejam instaladas as sub-delegacias da SUNAB nos Municípios de Londrina e Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que somente após decisão desta Casa sobre o Projeto de Resolução 82/79, sejam marcadas as sessões solenes de entrega de títulos honoríficos. — Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Em sessão realizada nesta Assembléia Legislativa, na semana passada, dizíamos desta tribuna e hoje o PDS está com a razão, trouxe os Srs. Deputados para aprovar ou rejeitar as matérias.

Vimos na sessão de hoje, a aprovação, em regime de urgência, para um importante projeto de resolução de autoria do ex-Deputado do MDB, hoje do PDS, Deputado Antônio Facci, do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado e do Sr. Deputado Linneu Turra, que hoje continuam no PMDB.

É de estranhar o que se pretende, mas nós entendemos. Entendemos e, às vezes, ficamos a pensar que, como se diz por aí, em política às vezes acontecem fatos novos, e um fato novo está a ocorrer neste importante projeto de resolução que agora se pede regime de urgência.

O Deputado Erondy Silvério pretende, com seu requerimento, que a Mesa não marque sessão alguma até que se decida sobre este importante projeto de resolução.

Devo dizer a esta Assembléia que nada que acontece aqui me surpreende. Mesmo porque, naquela época, em épocas passadas, menino ainda, o Deputado Erondy Silvério, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, sancionava um impedimento do Sr. Prefeito Iberê de Mattos, o título de Cidadão Honorário de Curitiba ao Sr. Leonel Brizola.

Fatos novos ocorrem, e hoje estamos aqui, vendo esta manobra que entendemos. É uma manobra parlamentar, que aceitamos. Todavia, discordamos.

Queria, Sr. Presidente, para que deixemos bem claro nesta Casa, não é com uma simples marcação de uma sessão solene que se pretendia e se pretende ainda, para o mês que vem, para outorga do título aqui nesta Assembléia, a um brasileiro que ficou quinze anos confinado lá no Exterior. Ou será que este homem é leproso, ou será que este homem, o que tem a ver? Por que é macho, e por que sempre foi?

Mas eu entendo a atitude do PDS, entendo a manobra. Mas não há de ser por não se entregar o título a um homem como este, que nós haveremos de parar nesta luta.

Virá a esta Casa. Deverá vir, mesmo sem a entrega do título. Quero ver esta Assembléia Legislativa não recebê-lo aqui neste plenário. Quero ver a atitude desta Assembléia, quando este homem aqui chegar.

Somente isto, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, apenas para fazer algumas colocações no encaminhamento de votação do nobre Líder do PTB desta Casa, Deputado Adalberto Daros. Ele pretendeu estabelecer uma relação que não encontra nenhum amparo nem na sua argumentação e nem dentro da lei.

Ele lembrou um fato que ocorreu quando era Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, e exercia, em substituição, as funções de Prefeito da Capital, e sancionei uma lei oriunda do Poder Legislativo, concedendo o título de Cidadão Honorário de Curitiba, ao então Governador, ou Deputado Federal, não me lembro, Leonel Brizola.

Apenas cumpri o meu dever constitucional, porque nunca morri de amores pelo Sr. Leonel Brizola. Apenas cumpri o meu dever constitucional. Estava exercendo, em substituição, o cargo de Prefeito; não tinha outro caminho. É evidente que uma honraria dessas não iria receber o veto do Prefeito da cidade, muito menos do Prefeito em substituição.

Sempre respeitei o Partido Trabalhista Brasileiro. Sou grande admirador dos grandes trabalhistas que integram este partido, Mas nunca morri de amores pelo Sr. Leonel Brizola.

Quanto à manobra, quanto ao PDS não foi convocado hoje para votar em regime de urgência, para um projeto que ironicamente quis o nobre Líder do MDB taxar como importante. Todos os projetos em apreciação nesta Casa são importantes, são proposições dos representantes do povo.

Tanto é importante projeto de lei de alta indagação, como aquele que disciplina o funcionamento da Casa. O PDS está aqui hoje, como sempre esteve; os Srs. Deputados têm obrigação de comparecer aos trabalhos legislativos desta Assembléia. E é evidente que há uma manobra, Sr. Presidente, no meu requerimento; há uma manobra de impedir — e eu confesso de público, que se marque uma sessão legislativa para que o Poder Legislativo do Paraná homenageie Leonel Brizola.

E vou dizer porque, Sr. Presidente. O requerimento é de minha lavra, e de minha inteira responsabilidade. Porque eu respeito muito a Oposição. Respeito os membros da Oposição que durante quinze anos lutaram neste País, pela restauração da democracia. Alguns sofreram na própria carne os efeitos desta luta, como um dos Srs. Deputados da Oposição nesta Casa, que me mostrou as marcas de torturas a que foi submetido, na sua luta pela restauração democrática.

E o que é que fez o Sr. Leonel Brizola nesse interim? Foi criar as suas ovelhas no Uruguai, beber vinho em Portugal e dançar rock em Nova Iorque.

Então, esse cidadão...

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa não vê o Regimento Interno ferido.

O SR. ADALBERTO DAROS — Não se fere o Regimento Interno, Sr. Presidente, se fere um homem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu respeito — quero dizer mais uma vez, respeito a Oposição. Os democratas desta terra muito devem aos verdadeiros opositores. Aqueles que, sem ódio no coração, lutaram pela restauração das liberdades democráticas nesta terra, o mesmo não posso dizer desse cidadão que se pretende homenagear.

Por esta razão, o meu requerimento, e pelo qual assumo toda responsabilidade, não aceitando a ilação que se pretendeu estabelecer aqui, que eu tivesse usado de dois pesos e duas medidas, e que tivesse mudado de comportamento no decorrer dos dezoito anos que mediarão entre o sancionamento da lei oriunda da Câmara Municipal, que homenageava, naquela oportunidade, um membro do Congresso Nacional, e que hoje, pretendo, com o meu requerimento, que esta Casa não abra as suas portas em festas, para receber um homem que durante quinze anos viveu no "dolce far niente" no exterior, enquanto os homens da Oposição aqui, sofreram na própria carne os rigores da repressão que nós sabemos ter havido nestes quinze anos, neste País. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, quero falar em meu nome pessoal, porque, na verdade, subscrevi a proposição do Deputado Antônio Facci, mas não foi com o propósito de impedir que se desse as honrarias àqueles que já tinham direito adquirido através de lei desta Casa.

A mim me parece, Sr. Presidente, que a honraria que foi concedida ao Sr. Leonel Brizola, é um direito adquirido, já existe uma lei e que lei posterior não pode prejudicar nem que seja no seu disciplinamento.

Então, não vejo porquê, de imediato, se cumpra o que a lei determina, de imediato.

Quero dizer que não morro de amores por Leonel Brizola como não morro de amores por ninguém, e nunca morri, Sr. Presidente.

Sou um homem que tem as suas idéias independentes e também não tenho ódio por ninguém, não nutro sentimento de vingança e nem de ódio por ninguém.

Quero dizer que discordo também dos pontos de vista do Sr. Leonel Brizola, porque acompanhei a política do PTB desde 1950, e sei que ele tinha boas idéias e suas posturas eram corretas.

Ele teve, sim, erro de tática. Na luta não teve tática. Lutando contra a Bond e Sher, contra as multinacionais que estavam instaladas no Rio de Janeiro, e ele promoveu a encampação. Todos nós sabemos que isso foi uma consequência para a queda de João Goulart. Foram as multinacionais que se aliaram neste País, contra grupos nacionais, para derrubar o Governo de então.

Todos nós sabemos, aí está até o livro de Hugo Abreu para

comprovar isso.

É isso o que aconteceu.

O Sr. Leonel Brizola, posso dizer também, não é um comunista, porque aqui, neste País, aqueles que são oposição a determinados cidadãos, já de imediato dizem que é comunista, direitista ou esquerdista.

Isso é uma maneira de diminuir as idéias dos homens; é uma maneira de quem não tem argumento para falar e defender suas idéias, e vem logo com os ataques.

Acho, Sr. Presidente, que não vejo porque não se conceda, de imediato, a honraria ao Sr. Leonel Brizola, que já, por lei, é um direito adquirido que ele tem, e portanto, vou votar contrariamente ao requerimento do nobre Líder Erondy Silvério. O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em 1954, este País alterou o seu traço histórico popular e extremamente libertário. Foi quando inúmeras forças de interesses alienígenas impuseram ao País determinadas decisões que levaram até ao suicídio um dos maiores estadistas da América Latina.

Porque, até 1954, nos batíamos pela PETROBRÁS, lutávamos pela ELETROBRÁS, buscávamos a consolidação das Leis Trabalhistas, num País que conseguia dar exemplo ao mundo pelo avanço de muitas das normas sociais apresentadas, e principalmente, porque tínhamos uma identidade funcional em avanço, porque conservávamos um nacionalismo patente, sentido e visível.

Mas, foi depois de 54, Sr. Presidente, que deu-se uma guinada neste País, porque nós partimos para uma definição histórico - econômica do sistema de substituição das importações, e abriram-se totalmente as portas deste País para a infiltração do capital estrangeiro, do capitalismo multinacionalista.

O golpe militar de 64, estava já em ebulição em 54. Tentou-se mais uma vez, com a renúncia de Jânio Quadros. E aí o episódio que eu reporto de suma importância, porque o capitalismo, que sofre periodicamente frustrações, decadências e crises, estava em 1961, no Brasil, no pique, no auge de uma das suas crises internas, estomacais, como muitos dizem.

E foi em 1961, Sr. Presidente, quando grande parte de líderes deste País conspiravam de todos os meios e com todas as forças para impedir que um brasileiro votado e eleito pelo voto direto, secreto e universal, assumisse a Presidência, já que, institucionalmente, era o Vice-Presidente da República. Entre outras acusações, uma delas era de que João Goulart estava mancomunado com comunistas, porque inclusive se encontrava na China.

Mas era o Brasil em 61 que saía na frente, dava exemplo ao mundo, buscando no mercado uma nova opção que só tivemos em 1973, quando Richard Nixon foi reatar as relações diplomáticas com a China.

E o nosso País, com a mentalidade da época, com aquele espírito de abertura internacional, mas também com soberania nacional e com patriotismo, já estava buscando a China, o grande mercado de 800 milhões de habitantes, de então.

Mas muitos conspiraram, Sr. Presidente, e precisou se levantar uma vez neste País, e essa voz, qual o minuano dos pampas, entrou nas frestas da incompetência nacional, que mais uma vez hoje está representada neste País e nesta Casa, porque foi, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos em virtude de interrupção). Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, quem não conhece a História, não pode julgar nem a si próprio; nem conhece a si próprio.

Por esta razão, Sr. Presidente, surgiu a campanha da legalidade neste País, campanha da legalidade objetivando o respeito à Constituição e às normas institucionais.

Eu pergunto: quem se levantou neste País? O movimento legalista do Rio Grande do Sul, teve contra si todas as determinações de forças superiores, inclusive ordens da direção maior das Forças Armadas, para que o Terceiro Exército bombardeasse o Palácio Piratini, porque lá estava a resistência democrática e em questão de dezoito horas, mais de cinquenta mil gaúchos estavam dando cobertura à resistência que se fazia nos porões e nas salas do Palácio Piratini, e que a palavra da legalidade era transmitida pelos ares do Rio Grande, através das ondas das diversas rádios, em cadeia.

E o Chefe do Terceiro Exército, Sr. Presidente, vendo que muitas guarnições do próprio Rio Grande do Sul começavam a se rebelar e diante da presença popular resistindo junto com o Governador Leonel Brizola. E o que fez? Não acatou a ordem superior, porque ele queria esperar um dia para ver como ficava, e no dia seguinte, tinha mais de quatrocentos mil gaúchos em Porto Alegre, aquartelados, para resistir com o Governador de então.

Diante deste quadro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que começou no País inteiro, a multiplicar a resistência e foram os estudantes, os trabalhadores, os intelectuais, professores e tantos outros setores da sociedade brasileira que multiplicaram essa resistência em São Paulo, no Rio e em Belo Horizonte, e as guarnições continuavam e aumentavam no aliar-se a esta luta libertária, constitucionalista, institucionalista, acima de tudo.

E aí, Sr. Presidente, é que a História está sendo nova e corretamente contada. Nós tivemos, sim, a possibilidade do então Presidente, por esta resistência, assumir o cargo e que teve aplausos aqui no Paraná, inclusive pelo atual Governador, embora agora interventor, e naquela época eleito democraticamente Governador.

Porque a resistência permitiu que João Goulart que assumisse a Presidência, porque o povo brasileiro o havia eleito para vice-Presidente.

No entanto, Sr. Presidente, o golpe veio em 64, mas não veio porque o Brasil estava brigando pela libertação das massas oprimidas, veio sim, principalmente pelas articulações dos interesses estrangeiros; do Departamento de Estado dos Estados Unidos, que às 11:00 horas da manhã do dia 31 de março de 64, estava reunido. William Rogers, Secretário de Relações Exteriores, Robert MacNamara, Secretário de Defesa daquele País e lá manipulavam, junto com Lincoln Gordon, Embaixador do Brasil, o golpe militar que enlutou, que envergonhou, que obscurantizou este País.

Mas, após esse episódio da legalidade, a Assembléia Legislativa deste Estado como que em congraçamento da vontade desse País, atendendo até a uma determinação histórica que havia de ocorrer, aprovou um requerimento, dando título de Cidadão Honorário deste Estado, a um irmão brasileiro do Rio Grande do Sul, e o que aconteceu, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Veio, em seguida, o golpe.

E o Governador de então, eleito pelo povo, que percorria o Estado do Paraná nos carros oficiais com o Sr. João Goulart, Presidente da República, aplaudia Leonel Brizola nas suas iniciativas, em que pese ter ficado em cima do muro na hora do golpe ficou aguardando os acontecimentos como muita gente fez depois e ainda faz hoje.

O título ficou engavetado, como ficou engavetada neste País a liberdade, como ficou escondida a justiça social nesta Pátria, porque os bajuladores de então, os puxa-sacos de agora, permanecem impávidos nesse colosso de ser os privilegiadores e os privilegiados, enquanto a grande massa está aí, marginalizada e oprimida.

Sr. Presidente, não fui brizolista porque nem idade tinha para isso, nunca elegi e nunca votei para Governador de Estado, porque até isso me cassaram. Perdi parte da cidadania brasileira.

Todavia, não admito e não posso admitir, como homem público de hoje, para ser analisado amanhã, que se queira rasgar a história verdadeira, que se queira desvirtuar o correto, mesmo com os erros e os acertos que possam ter um homem, que levantou a voz com obrigação, entusiasmo e coragem, quando a grande maioria se acordava neste País.

E em respeito a isso, é inadmissível que esta Casa tenha, através de instrumentos e expedientes até excusos, pretensão de protelar a entrega de um título de Cidadão Honorário, quando tantos títulos proliferam aqui, cujas honrarias são até duvidosas.

Ora, Sr. Presidente, esta Casa deveria, isto sim, se engalantar, se perfumar com as flores mais belas desta Cidade, deste País, para receber um brasileiro que, por ser corajoso, por ser defensor da Constituição e da legalidade, teve como um dos seus castigos viver no exílio, porque se aqui estivesse, ele estaria morto. Como morto está Wladimir Hetzog, como mortos estão tantos brasileiros, mortos e assassinados nos porões da ditadura que teve o apoio da maioria, maioria silenciosa, acovardada e passiva.

Por isso, Sr. Presidente, ainda haveremos de voltar a este assunto, e pretendemos fazer uma análise ainda este mês, de como se manipulou e como se preparou o golpe de 64. Mas, acima de tudo, há que se ter nesta Casa um pouco de respeito com os homens que fizeram a história do País, corajosamente defendendo sagrados princípios como a constitucionalidade e a legalidade do Brasil.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. FIORI LUIZ — (Para encaminhar) Sr. Presidente, parece-me que o nobre Líder da Maioria, obediente nesta Casa, gosta de ironizar aqueles que fizeram ou que fazem a História da libertação deste País.

Dizia o nobre Líder do PDS, que Leonel Brizola estava criando ovelhas. Eu acho melhor criar ovelhas do que ser subserviente e servil, daqueles que, nesses anos, ajudaram o regime de exceção, é preferível ficar com as ovelhas do que conviver com os lobos da corrupção.

Dizia o nobre Líder da Maioria, que Brizola tomava vinho em Portugal. É preferível tomar vinho do que tomar a liberdade do povo na marra, ou tomar do pobre para enriquecer os grupos corruptos deste País.

Dizia o nobre Líder do PDS, que Brizola dançava "rock and roll". É preferível, nobre Líder do ARENÃO, dançar "rock and roll" do que dançar a dança do amém, a dança do sim, a dança do sim senhor, a dança dos interesses pessoais. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. MÁRIO CELSO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, nobres Deputados.

Muita coisa já foi dita e muita realidade já foi colocada pelos homens da Oposição que falaram neste Parlamento.

Na verdade, entendo que não existe outro motivo, aparente, pelo menos, se não a tentativa de se impossibilitar a entrega do título de cidadania honorária ao Sr. Leonel Brizola, numa sessão isolada, numa sessão especial. Na verdade, o que o requerimento tenta, é a obstrução desta solenidade em separado. Nós entendemos que é um artifício, uma manobra regimental, infelizmente.

Por este motivo, estamos solicitando uma Comissão Especial, para que o Regimento seja reformulado, para que se evite, no futuro, estes desastres políticos.

Nós que requeremos já no ano passado, em 79, a criação desta Comissão Especial para elaborar o Regimento Interno, acabamos por ver o término de uma sessão legislativa e o conseqüente arquivamento daquele pedido. Seria o caso então, de entrar com um requerimento, pedindo que a Assembléia Legislativa cessasse com seus trabalhos até que o Regimento Interno fosse alterado. Até que o nosso requerimento fosse aprovado.

E não foi o caso. Seria um absurdo. Seria legal, mas seria amoral.

O mesmo acontece agora. Somente para fazer algumas colocações, pedi a palavra. Uma delas, é para avivar um pouco a memória do Parlamentar da Situação que me antecedeu neste encaminhamento de votação, porque, quando o título foi concedido na Câmara Municipal de Curitiba ao Sr. Leonel Brizola, este não era um ilustre membro do Congresso Nacional. Era um ilustre Governador do Estado e administrava o gigante Estado do Rio Grande do Sul.

Se o nobre Parlamentar não vê qualidades neste ilustre homem público, neste ilustre político, que quem foi jamais deixará de sê-lo, outros viram, e esta Casa não pode ser desonrada e seus membros não podem ser desrespeitados.

Houve uma aprovação de um projeto de lei, foi outorgado o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Leonel Brizola, e negar qualidades neste homem seria desmerecer, desacreditar os elementos que por aqui passaram, os Deputados que aprovaram o requerimento.

Entendo a preocupação, entendo o temor, porque deixar a Oposição falar, fazer festa para a Oposição, é o mesmo que selar a própria sorte. É colocar velas no próprio caixão.

A maior prova disto, tivemos ainda ontem. Bem clara em minha memória está a participação do Parlamentar da Oposição, Deputado Álvaro Dias, que num programa de televisão "Sem Censura" da TV Iguaçu, teve a sua palavra livre e "engoliu" quatro elementos da Situação.

Nós sentimos que, deixar a Oposição falar, é realmente perigoso. Talvez seja o motivo principal para tentar brecar, para tentar impedir a entrega deste título a um homem que fez por merecê-lo, a um homem que, dentro da lei, está inclusive disposto a aceitar esta honraria. E ele quer vir a esta Casa, quer retornar ao Paraná; porque ele voltou ao Brasil pelo Paraná, porque ele voltou ao Brasil pisando terras paranaenses.

Ele então, mais do que nunca, colocou, no coração, o nosso Estado. Seria desprestigiar o homem brasileiro; seria desprestigiar o político e, conseqüentemente, a própria estrutura deste Parlamento.

Termino, Sr. Presidente, deixando clara a minha posição. Votarei contrariamente ao requerimento, deixando aqui o meu protesto, embora saiba que é regimental e que é legal.

Mas finalizo dizendo, Sr. Presidente: "Não há necessidade alguma de apagar a luz do próximo, para que a nossa brilhe".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — Aprovado.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Erondy Silvério, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

26 Srs. Deputados aprovam; 14, rejeitam. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro da Mesa uma certidão desta sessão, que se realiza hoje, ou melhor, uma certidão deste requerimento do Deputado Erondy Silvério, bem como do resultado da votação do requerimento de urgência do Deputado Antônio Facci, por uma razão, Sr. Presidente: eu aprendi na escola que direito líquido e certo, quando ferido, a Justiça está aí para confirmar.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere o pedido do nobre Deputado, e solicita à Chefia das notas



taquigráficas que faça chegar às mãos do nobre Deputado, a solicitação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, contendo apelo no sentido de que sejam efetuados estudos, quanto à viabilidade de novas linhas telefônicas na cidade de Morretes. — **Aprovado**. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, encarecendo-lhes o reajustamento dos valores que estão sendo atribuídos às terras desapropriadas para construção da BR-277, trecho Cascavel - Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, visando a elevação da Comarca de Catanduvas. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Banco do Estado, encarecendo a instalação de uma agência do referido Banco no Distrito de Lindoeste, Município de Cascavel. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo o início com a maior urgência, da pavimentação do trecho entre Paranavaí e São João do Caiuá, da BR-158. — (Aprovado). Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas, de cópia da representação contra o Sr. Luiz Carlos Stanislawzuck, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Ponta Grossa. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Damos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", denominado na coluna O Fato Político — "O Cidadão Paranaense Brizola vem aí receber o seu título". **Aprovado**. (O artigo acha-se transcrito no final desta Ata). Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do bancário Sílvio de Lucca, vítima da violência que tomou conta da cidade. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de Srs. Deputados, acompanhados por uma equipe técnico-legislativa, para estabelecer no atual Regimento Interno da Casa. — **aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Jogo do Bicho", publicado pelo jornal "Diário do Paraná". — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Folha de

Londrina", sob o título: "Denúncia de corrupção na CIRETRAN de Londrina". — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Darcy Deitos e Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, encarecendo junto a este, a tomada de medidas de segurança e de garantia à integridade dos brasileiros residentes no Paraguai. — Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos à Mesa, juntamente com o Deputado Gernote Kirinus, a presente solicitação, porque reveste-se ela da mais alta importância, principalmente no momento em que lavradores paraguaios revoltados, voltam-se contra o regime daquele País, em luta declarada pelos seus direitos.

E porque, mais de 300 mil brasileiros, encontram-se naquele território, sendo, a maioria deles, nas condições de médios e pequenos proprietários, de uma forma indireta, estes brasileiros estão hoje situados em sua maioria, em meio ao campo de conflito, onde a própria imprensa cita a morte de 16 camponeses pelas forças militares do Paraguai, numa ofensiva, em busca de sufocar tal movimento a qualquer custo.

Entendemos que lavradores e agricultores brasileiros que lá se encontram, merecem, devido às proporções que o movimento agrário torna naquele país, a devida atenção por parte do Governo brasileiro, antes que estes venham a sofrer represálias por parte das autoridades paraguaias, já que denúncias anteriores a este episódio, feitas aqui nesta Casa, sobre a insegurança em que os lavradores brasileiros estão enfrentando naquele país, não mereceu a devida atenção por parte das autoridades em questão.

E solicito a esta Casa que aprova esta solicitação, este requerimento, ao Ministro Saraiva Guerreiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação e instalação da Comarca de Quitandinha. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários da Justiça e Segurança, visando a criação de uma Delegacia Especial em Londrina, para combate direto aos contrabandistas e ladrões de cargas de café e outros produtos. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, em forma de sugestão, no sentido de que conste nos feitos registrados perante as Varas de Execuções Criminais e Cíveis, a qualificação dos réus. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público na Vila Planalto, em Guarapuava. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

aos Srs. Secretários da Educação e da Agricultura, pedindo providências no sentido de que o Colégio Agrícola, "Arlindo Ribeiro" em Guarapuava, emita os certificados de conclusão de curso do ano de 1975 e 1976. — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado a diversas autoridades, objetivando a abertura dos Postos de Gasolina nos Municípios de Formosa d'Oeste e Catanduvas.—Aprovado.—Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade à emenda apresentada ao Projeto de Lei n.º 751. —Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Slivério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de que determine a abolição de exigibilidade de uniformes nas escolas públicas do Estado.—Aprovado.—Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, visando a implantação de uma Delegacia Especializada de Menor da cidade de Cascavel.—Aprovado.—Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, visando sejam efetuados estudos a fim de atualizar as diárias pagas aos segurados acidentados.—Aprovado.—Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a diversas autoridades, denunciando e condenando a decisão da REDE FERROVIÁRIA FEDERAL de desativar o novo traçado da ferrovia Curitiba-Paranaguá.—Aprovado.—Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex à Secretaria da Agricultura e ao Ministério da Agricultura, reivindicando o Valor Básico de Custeio maior aos tricultores.—Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

7 Srs. Deputados aprovam; Nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quarta feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 149/79 e 150/79.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA' FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ADALBERTO DAROS' EM SESSÃO DO DIA 18.03.1.980.

O FATO POLÍTICO:

O CIDADÃO PARANAENSE BRIZOLA VEM AÍ RECEBER O SEU TÍTULO

(ACL)

O ex-governador gaúcho Leonel Brizola é cidadão paranaense honorário, por força de uma proposição de autoria do ex-deputado Jorge Nasser, aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador do Estado. A entrega do título, em cerimônia pública, em data a ser designada, tem pouca importância. O ato político foi a concessão da honraria. O diploma, em pergaminho, pendurado na parede ou no fundo de uma gaveta, atesta que Brizola é cidadão paranaense, mas não o faz com a força da lei.

No final da semana passada, resultantes de manobras políticas, foram encaminhados à Mesa da Assembléia Legislativa, requerimentos pedindo urgência para votação do projeto de resolução 82/79 e que só após tal matéria ser submetida ao plenário, sejam marcadas sessões solenes para entrega de títulos honoríficos. A citada resolução prevê que tais sessões só se realizem nas últimas semanas de junho e de novembro, além de estabelecer que a entrega dos títulos de cidadania será feita em conjunto.

Parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro pretendem que a Casa, no dia 17 de abril, em sessão solene, entregue ao engenheiro Leonel Brizola, o título de cidadania paranaense. Será uma sessão especial só para o político Leonel Brizola, sem poetisas, dentistas, jogadores de futebol, cabos eleitorais, pequenos cientistas ou grandes amigos da Casa. O título de cidadania foi distribuído em tamanha profusão que, hoje, perdeu sua importância, nivelou por baixo todos os homenageados. Foi talvez, intenção do autor da resolução - deputado Antonio Facci - juntamente com os deputados José Tadeu Lucio Machado e Lineu Turra, que também firmaram a matéria, encerrar o ciclo das honrarias vazias, entregando todos os títulos já concedidos. Uma espécie de diplomação em massa de grandes e pequenos homenageados. Uma ou duas turmas de cidadãos honorários e depois fim de festa.

O que é incorreto, nesta altura, é fazer manobras para impedir que Brizola receba seu título sozinho, que Brizola aproveite a ocasião para transformá-la num ato político, que use da tribuna para uma manifestação política. Isto é inevitável. Depois de quinze anos de exílio, de silêncio e de viver na condição de cidadão de segunda classe, o ex-governador recuperou seus direitos políticos, sua cidadania e a liberdade de ir e vir. Quem assegurou o direito de Brizola pensar livremente, de expor suas idéias, de criar partido, de utilizar os meios de comunicação, foi o Presidente João Baptista Figueiredo. Brizola está garantido pela abertura imposta pelo atual governo. Querer cerceá-lo, agora, nesta altura, é pretender voltar ao passado.

O próprio Brizola foi bem claro quando anunciou, no seu retorno, que não queria voltar para trás. Do passado, tanto Brizola como seus seguidores, querem recuperar apenas uma legenda, uma bandeira, que é o PTB, talvez mais pelo que o PTB representa como carisma e atração eleitoral do que pela sua tradição histórica. Nisto, Brizola não se diferencia dos políticos de todas as gerações. É um caçador de votos, um líder que sabe aproveitar todas as chances.

Não se enganem os que pensam que hábeis manobras de plenário podem calar Brizola. Se no dia 17 ele não falar para uma Assembléia superlotada de curiosos, falará em praça pública, para milhares de paranaenses ou então ocupará o video e exporá suas idéias para milhões. O governo aí está para garantir e Brizola sabe disto.

A presença de Brizola aqui em Curitiba, dia 17 de abril, é um fato político e sua dimensão pode aumentar ou diminuir na medida em que todos - deputados, jornalistas, políticos, autoridades e povo em geral - se conscientizarem que o País está vivendo outros tempos, que não há condições para demonstrações de prepotência e intolerância.

A abertura preconizada pelo Presidente Figueiredo quando eleito pelo colégio eleitoral e imposta neste seu primeiro ano de governo teve um custo e quem pagou mais caro foi o próprio Presidente. Sua imagem positiva é a resultante, hoje, da capacidade que demonstrou para dialogar, para tolerar, para aceitar a permanente aspereza da oposição e dos inimigos do regime democrático. É um desserviço ao governo conspirar, pretender recassar Brizola e o seu direito de ser cidadão paranaense. O governo, tanto do Estado como da União, não obriga ninguém a ouvi-lo, assim como não o impedem de falar livremente. Assim se exerce a democracia.

#### ATAS DAS COMISSÕES

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9ª LEGISLATURA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às onze horas, na Sala de Reuniões, sob a Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Deni

Schwartz, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, José Tavares, Nilton Friedrich, Paulo Camargo, Ruben Valduga e Waldyr Pugliesi, e demais Senhores Deputados de acordo com a Resolução nº 327/77. Havendo número legal o Senhor Presidente, abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do dia: 1) - **PROJETO DE LEI Nº 125/79**, do Poder Executivo. Mensagem nº 94/79, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre alterações das Leis referentes às vantagens a funcionários com mais de cinquenta anos de serviço. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral. Aprovado. 2) - **PROJETO DE LEI Nº 208/79**, do Poder Executivo. Mensagens nº 183/79 e 184/79, que dispõe sobre a reestruturação do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL com Emenda Substitutiva. Em discussão. O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino faz leitura de ofício que recebeu dos Advogados desta Casa, bem como de manifesto da Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando providências no sentido de que não seja extinto o Serviço de Assistência Judiciária Gratuita. Solicita o Senhor Deputado que seja constado em Ata estes manifestos., solicita ainda, que seja anexado ao Projeto de Lei o abaixo assinado dos Advogados da Casa, requerendo que não sejam desviados de suas funções e lhes garantido o acesso. O Senhor Presidente esclarece que o Projeto lhes garante o acesso, e quanto ao desvio de funções, a Casa precisa de funcionários em diversos Departamentos, como tem procedido até agora. APROVADO o parecer com a Emenda. Voto com restrições do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata qua após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Gilberto Carvalho, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão. ....

a) Presidente